

1

Introdução

O lugar da juventude no Brasil da atualidade

Este estudo tem como tema as percepções de jovens sobre a sua participação no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), na cidade do Rio de Janeiro. A reflexão é acerca do direito à participação da juventude, como parte da sociedade civil, nas políticas públicas de promoção de cidadania, conforme proposto na Constituição Federal de 1988, onde as políticas são concebidas como um direito.

Os jovens de hoje nasceram em um contexto de mudanças no cenário político brasileiro que foi marcado pelo fim do regime militar no país que, após 21 anos de existência (1964-1985), “legou à nova democracia em formação uma repartição da renda extremamente desigual” (SINGER, 1986, p. 93).

Neste novo cenário político, O Brasil aprova a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA¹ (1990). Estas são duas conquistas históricas da democracia no país no que concerne aos direitos da população brasileira.

A concepção de direitos trazida com a aprovação da Constituição Federal marcaria a história como um passo importante na conquista dos direitos sociais. Conforme a cientista social Vera Telles, a Constituição é resultado de debates e “uma referência fundadora de uma modernidade democrática que prometia enterrar de vez 20 anos² de governos militares” (TELLES, 1999 p. 173).

Por outro lado, um documento, por mais importante que seja não oferece a garantia de direitos a uma população. Fatores como a economia e as relações de poder geram transformações nas relações de trabalho e, conseqüentemente, atingem os direitos sociais e a população a quem se destinam. Ainda assim servem para abrir espaço para o debate e lutas em busca de uma condição cidadã para todos.

Neste sentido o Brasil caminhou. Os debates cresceram e a sociedade se manifestou sendo representada, principalmente, pelos meios acadêmicos e as

¹ Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

² Em seu texto, a autora considera o ano de 1984 como referência para o fim do governo militar (1964-1984). Paul Singer, considera o início de um novo governo (1985), que totalizam 21 anos de regime militar no país (1964-1984).

organizações da sociedade civil (ONGs). Como consequência destes movimentos, dois anos depois da promulgação da Constituição aprovou-se o ECA.

O ECA, um marco histórico na conquista de direitos no Brasil, veio beneficiar a população entre doze e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, as pessoas entre dezoito e vinte um anos nos casos expressos em lei.

Entre os direitos preconizados pela Constituição e pelo ECA destacam-se as políticas sociais destinadas à população em situação de vulnerabilidade, entre estas, os jovens.

Apesar de serem apresentadas na Constituição como um direito, as políticas públicas no Brasil seguem a linha da assistência emergencial, ou seja, são criadas em caráter de emergência com o objetivo de cobrir um déficit.

As políticas sociais no Brasil, não priorizam a escuta do usuário, seu maior interessado. Este estudo procura abrir espaço para este diálogo.

No Brasil, as percepções dos jovens sobre sua participação em programas sociais não são muito discutidas. Há estudos³ que apresentam análises acerca da efetividade dos programas ou, em outros termos, uma avaliação. Tais estudos, de grande valia para a melhoria dos projetos destinados aos jovens, não trazem, no entanto, a percepção do mesmo sobre sua participação.

A análise das percepções dos jovens sobre sua participação na formulação das políticas sociais e nos processos de promoção juvenil é fundamental para o aprofundamento das questões de cidadania para adolescentes, firmada em 1990 com o ECA e, posteriormente, com o Plano Nacional de Juventude, o Estatuto da Juventude e o Projeto de Emenda à Constituição Federal (PEC).⁴

Acreditamos que as percepções dos jovens sobre sua participação podem oferecer subsídios para a reflexão da medida em que os programas sociais podem ou não agregar valores a sua vida. A participação em programas sociais é um

³ *Políticas Sociais para Jovens no Rio de Janeiro* (1999). Trata-se de uma pesquisa desenvolvida pelo Claves – Fiocruz em parceria com a Unesco, a Fundação Ford e o Instituto Ayrton Senna. Destacamos este estudo porque apresenta um esforço em mapear através de análise qualitativa e quantitativa os programas sociais designados à juventude na cidade do Rio de Janeiro. A proposta do trabalho não é avaliar a participação dos jovens e sim a qualidade dos programas.

⁴ O Plano Nacional de Juventude (PL nº. 4.530/04), é um projeto de lei em tramitação no Congresso que aponta a União como responsável pelas Políticas Públicas de Juventude. Contempla jovens entre 15 e 29 anos e terá duração de 10 anos após sua aprovação. O Estatuto da Juventude (PL nº. 4.529/04) é um texto complementar a Constituição Federal de 1988 e traz considerações específicas a população de 15 a 29 anos. A PEC (PL nº. 138/2003) é um projeto de emenda a Constituição de 1988 que modifica o texto da mesma. As três propostas têm por objetivo garantir direitos à juventude brasileira através da responsabilização do Estado.

direito e possibilita ao jovem vivenciar experiências que podem potencializar mudanças em sua vida.

Um país de jovens, esta poderia ser a denominação para o Brasil da atualidade. São 34,18 milhões ou 20,13% de cidadãos, com idade entre 15 e 24 anos. A maior parte desses jovens, 80%, vive na área urbana ou na periferia dos grandes centros urbanos (Instituto Brasileiro de Demografia e Estatística - IBGE, 2000).

Dados da realidade social como o aumento do desemprego e da violência e o crescimento da população jovem levam o Estado e a sociedade a buscar saídas emergenciais já que a prevenção nunca foi o forte das políticas públicas no Brasil.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2001) apresenta dados preocupantes em relação ao desemprego da população juvenil. Cerca de 3,7 milhões dos jovens estão sem trabalho, representando 47% do total de desempregados no Brasil. A taxa média de desemprego no Brasil é de 9,4%, mas no caso da juventude eleva-se em torno de 18%.

No que se refere à violência, conforme o Relatório de Desenvolvimento Juvenil da UNESCO, a maior causa de mortes entre os jovens são as chamadas causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios). Em cada cem mil 74,42 dos jovens morrem por causas violentas. Os homicídios são em maior número e atinge principalmente a população de 15 a 24 anos. Para as causas internas (doenças e outros males) são 40,45 jovens a cada cem mil. Este resultado é visto como consequência da baixa qualidade de vida da população atingida (dificuldade de acesso aos serviços de saúde, dificuldade de informação preventiva e péssimas condições de moradia) (UNESCO; 2003, p. 152-159).

A situação da juventude brasileira em geral apresenta desafios, mas agrava-se muito mais quando se trata de jovens que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Fatores como desemprego e dificuldade de acesso à educação de qualidade atingem de forma bem mais severa esta população.

Dados estatísticos mostram que o desemprego entre os jovens pobres no Brasil, é significativamente maior (26,2%) do que entre os mais ricos (11,6%). O trabalho assalariado e registro em carteira assinada entre os jovens ricos são de (77,1%) e (49,0%) respectivamente. Dos jovens pobres, apenas 41,4% tem trabalho assalariado, mas (74,3%) não tem carteira assinada (PNAD 2001).

A educação, vista como uma alternativa de ampliação de oportunidades, ainda está longe de favorecer a todos. Como mostram os dados da PNAD, metade dos jovens brasileiros, 17 milhões, não estuda. Dos que estudam, 43,2% possui até o ensino fundamental completo, 43,5% está cursando ou completou o ensino médio e apenas 13,3% conseguiu alcançar o ensino superior.

São jovens que trazem a marca da desigualdade social do país. As conseqüências da falta de investimento em políticas públicas que visem à inclusão social desses jovens levaram a sociedade a reconhecê-los não como sujeitos de direitos e protagonistas do futuro, mas como uma população de risco que precisa ser contida.

Para mudar este quadro é preciso que se priorize a juventude, principalmente os jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, os mais atingidos por esta realidade. É preciso ainda rever as políticas de assistência para que, ao invés de remediar, como tem sido a prática no Brasil, sejam elaboradas e executadas com a meta de prevenir.

Os dados da realidade social trazidos aqui (alto índice de desemprego no país, a violência, a criminalidade e o tráfico de drogas), situação ao qual estão expostos os jovens em situação de vulnerabilidade, levaram o governo e a sociedade a discutir e pensar estratégias de assistência a esta população.

Esta realidade que caracteriza a juventude como questão social tornou-se preocupação dos governos e assunto de pautas políticas, principalmente, nos últimos cinco anos. A sociedade civil representada, principalmente, por ONGs e universidades, vem organizando debates e realizando pesquisas cujos resultados demonstram a emergência em se (re)pensar a juventude brasileira sob a ótica dos direitos.

A juventude brasileira também se faz presente nos debates, representada por lideranças juvenis e movimentos sociais. Um exemplo da representação da juventude acontece nos debates promovidos pelo Fórum Social Mundial. A proposta do Fórum é de ser um espaço aberto e democrático, de debate de idéias e reflexões dirigidas a propostas que se contrapõem ao regime neoliberal⁵.

⁵ A cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sediou os três primeiros Fóruns que aconteceram entre 2001 e 2003. Em 2004 o Fórum ganhou o mundo e aconteceu em Mumbai, na Índia, em 2005 voltou para Porto Alegre. A partir de 2006 o Fórum Social Mundial passa a ser policêntrico, ou seja, ocorreu de forma descentralizada, em três cidades: Bamako (Mali - África), de 19 a 23 de janeiro de 2006; Caracas (Venezuela - América), de 24 a 29 de janeiro de 2006, e

Talvez, como uma resposta a esta demanda, no dia primeiro de fevereiro de 2005, o governo brasileiro lançou a Política Nacional de Juventude. Lançada pelo Presidente Lula, a Política Nacional de Juventude tem início com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), passando a vigorar como Lei de Nº. 11.129 em 30 de junho do mesmo ano.

A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações do governo federal, é a referência da população jovem no Governo Federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a Juventude. Desde 2005 a SNJ, que integra a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, é responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da juventude⁶.

O CONJUBE tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil. O CONJUBE tem a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações e personalidades identificadas com a juventude e com políticas públicas voltadas para a população jovem. É composto de 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do governo federal. Foi implantado em agosto de 2005, em solenidade realizada no Palácio do Planalto⁷.

Com estas medidas o Brasil passou a integrar a lista dos países que desenvolvem ações e políticas públicas voltadas para a juventude⁸.

Criado com a intenção de atender aos jovens brasileiros que tenham entre 18 e 24 anos e que ainda não concluíram o ensino fundamental, o PROJOVEM é apresentado como um programa ambicioso que pretende a inclusão cidadã dos jovens em situação de vulnerabilidade social através da educação básica, inclusão

Karachi (Paquistão – Ásia), de 24 a 29 de março de 2006. Para mais detalhes ver: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>.

⁶ Para mais informações acessar o site da Secretaria Geral da Presidência da República. Endereço: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>.

⁷ Para maiores informações consultar o site do governo federal no seguinte endereço: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>.

⁸ França, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Venezuela, Costa Rica e El Salvador.

digital e capacitação profissional. O PROJOVEM vem sendo implantado pelo governo federal nas capitais brasileiras com o apoio das prefeituras.

Como um programa federal, o PROJOVEM tem uma metodologia única a ser aplicada em todo o território nacional. As regras para a implantação do Programa também seguem um mesmo padrão em todas as capitais brasileiras.

Uma das propostas em ouvir os jovens participantes do Programa é, antes de tudo, conhecer a que tipo de demanda desse grupo o programa vem atender. Será somente a preocupação em concluir o ensino fundamental? Quem é esse jovem que se insere nesse tipo de programa? Quais são suas expectativas e sonhos? O que espera com sua participação? Qual sua visão de direitos e participação? O que pensa da juventude atual? Como se vê inserido nesse contexto?

Nossa aproximação com a temática da juventude, em situação de vulnerabilidade social, vem da experiência em pesquisas desenvolvidas no Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) ⁹.

Entre setembro de 2001 e julho de 2005, participamos de quatro estudos¹⁰ quando tivemos oportunidade de pesquisar sobre vários aspectos da identidade de adolescentes e jovens que vivem em contextos de pobreza na cidade do Rio de Janeiro.

Na pesquisa, “Percepções de Crianças e Adolescentes sobre Cidadania e Participação Cidadã” cujo foco era a análise das percepções de crianças e adolescentes sobre cidadania, direitos, responsabilidades e participação, a população entrevistada¹¹ nos apresentou noções do que entendem por participação. Perguntas como; “O que significa participar?” “Como vocês participam em casa e na escola?” “Onde mais vocês participam?” “Como vocês

⁹ O Ciespi é um centro de estudos e de referência dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados à infância e juventude e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para promoção, defesa e garantia dos seus direitos. Página na internet: <www.ciespi.org.br>.

¹⁰ Estudos e Projetos de Pesquisa em Nível Internacional: *Jovens, Mídia e Novas Tecnologias* (2001-2004), *Percepções de Crianças e Adolescentes sobre Cidadania e Participação Cidadã* (2003-2005). Estudos em nível Nacional: *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro* (2001-2002), *Guia Nacional ELOS – Iniciativas, Metodologias e Ações Fortalecedoras e Comunitárias de Crianças e Adolescentes no Brasil* (2003-2004).

¹¹ Para a pesquisa foram selecionados 97 participantes. Entre eles, crianças, adolescentes e jovens de escolas públicas e privadas, do Movimento dos Sem Terra – MST e crianças em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Além deles, participaram da pesquisa 69 pais e 24 professores.

participam na comunidade?”¹² suscitarão, com frequência, uma noção individualista de participação que “é associada ao ato de usufruir algo que é oferecido, como por exemplo, projetos nas comunidades onde eles têm acesso a diversas atividades culturais, esportivas e de lazer”. A pesquisa mostrou que estes programas, oferecidos por ONGs ou pela prefeitura, na maioria das vezes, são vistos pelos jovens como uma alternativa ao emprego.

Mas, para além da alternativa ao emprego, acreditamos que a participação em programas sociais pode gerar, através da troca entre os participantes, outro sentido de participação. Essa hipótese se confirmou através da análise dos dados de outro estudo intitulado “Jovens, Mídia e Novas Tecnologias”¹³. Através das respostas obtidas da população pesquisada, a participação se apresenta como a busca de novos caminhos e como o aproveitamento de oportunidades à conscientização.

A participação em grupos, quando a troca é possível, quando se faz algo que é comum a todos e onde as demandas convergem para uma mesma problemática, pode gerar a sensação de pertencimento. Não se trata então somente da incorporação passiva pelas crianças, adolescentes e jovens dos valores e práticas da sociedade onde vivem, mas uma oportunidade a descoberta de potencialidades (RIZZINI org.; PEREIRA; et. al, 2005, p. 60).

Em síntese, os estudos que participamos nos revelaram a insatisfação de jovens com o sistema político do país, principalmente, no que diz respeito a bens e serviços oferecidos pelo Estado. Os jovens se queixam da precariedade do ensino público quando comparado ao ensino privado, da falta de oportunidades e ainda, dos estigmas e preconceitos enfrentados por eles e que acabam por abalar suas crenças de igualdade de direitos para todos.

Apesar das queixas sobre as condições da rede pública de ensino, pesquisas mostram que a maioria da população se utiliza deste serviço. Segundo dados do Censo, 81% das pessoas que estudavam em 2000 eram atendidas pela rede pública de ensino (IBGE, 2000).

¹² Dados do Relatório Internacional da Pesquisa: *Percepções de Crianças e Adolescentes sobre Cidadania e Participação Cidadã* desenvolvida no Brasil pelo Ciespi entre 2003 e 2005 (2005, P.6).

¹³ Pesquisa Internacional: *Jovens, Mídia e Novas Tecnologias*. Desenvolvido entre os anos 2001 a 2004, este estudo contou com a participação de 1000 crianças, adolescentes e jovens alunos de escolas da rede pública e privada do Rio de Janeiro.

Em pesquisa realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Acessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), em sete regiões metropolitanas com jovens entre 15 e 24 anos, os dados são semelhantes aos colhidos nas pesquisas realizadas pelo Ciespi. A pesquisa intitulada “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas” reuniu, através de levantamento estatístico, 8.000 jovens. Além do levantamento estatístico, foram realizados grupos de diálogo com 913 jovens que debateram sobre os “limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias, considerando a importância da inclusão desses sujeitos para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira” (2005, p.5).

Nesta pesquisa, como nos estudos em que participamos, chama à atenção a preocupação dos jovens com temas como educação, trabalho, lazer e participação política. Em relação à educação, os jovens entrevistados denunciam a precariedade das escolas públicas brasileiras que, segundo pensam, não é um espaço de desenvolvimento e ampliação do conhecimento. A educação precária, segundo avaliação dos jovens, traz como consequência a falta de oportunidades futuras no mercado de trabalho.

Em relação ao trabalho, as reflexões dos jovens soam como denúncias a preconceitos e estigmas que a maioria deles sofre pelas condições de moradia (morar na favela) e pela cor da pele, pela formação escolar (escola pública) e pela inexperiência. Os jovens denunciam que a falta de oportunidades e exigências feitas pelo mercado de trabalho, os levam, na maioria das vezes, a aceitar o que aparece.

Quanto à participação política, os jovens manifestam sua vontade em participar, mas acreditam que os políticos precisam aprender a ouvir o que eles têm a dizer. Os jovens acreditam que sua opinião é importante, principalmente, na formulação de políticas voltadas para eles. Eles concordam que é preciso abrir canais de comunicação entre os políticos e os jovens cidadãos.

Os dados colhidos na pesquisa citada (IBASE/PÓLIS, 2005), nos mostram uma juventude preocupada em participar do contexto político social, que deseja ser incluída nos debates e nas discussões e decisões acerca da sociedade em que vivem. Isto nos leva a refletir que, para além do perfil da juventude como

transgressora, é preciso ver também esse outro lado, como um grupo preocupado com sua inclusão e participação nas “regras do sistema”.

Nossa experiência em pesquisas com a juventude nos revelou que muitos jovens aguardam uma mudança em sua realidade e que atribuem aos governos esta responsabilidade. Talvez, esta resposta venha com uma política pública de inclusão no mercado de trabalho, ou ainda, com projetos de capacitação e qualificação que possam ampliar suas chances de inclusão social.

Neste sentido, pensamos que o PROJOVEM reúne, em sua formulação, as expectativas de muitos jovens em situação de vulnerabilidade social. Resta saber, através do olhar do próprio jovem que participa do programa, se esta participação contempla suas expectativas e sonhos. Queremos entender de que forma os jovens percebem sua participação no PROJOVEM como uma política social de promoção da cidadania e como o programa contribui para esta percepção.

Acreditamos que a escolha do tema e seu estudo podem potencializar futuras ações no sentido de promover o seu protagonismo, fortalecendo-os como elementos ativos e participantes na sociedade. Neste sentido, pensamos que a análise dos fatores que influenciam a ação coletiva a partir da ótica do próprio jovem possam desvelar novos rumos para as políticas sociais voltadas para este público.

Vale lembrar que esta pesquisa não tem como objetivo uma avaliação do PROJOVEM por assumir um papel diferente no que diz respeito “à motivação, ao objetivo, da investigação, à autonomia” (MINAYO, 2005, p.25).

A escolha da metodologia foi pensada de forma que compreendesse a abrangência do universo dos fenômenos sociais e assim optamos pela análise qualitativa com enfoque descritivo.

1.1

A pesquisa

Esta pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2006. As categorias de análise para o trabalho de campo objetivaram: a) conhecer as percepções dos jovens sobre o PROJOVEM; b) o perfil do jovem participante; c) identificar os motivos e expectativas que os levaram a entrar no Programa; d) ouvir o que

pensam da juventude brasileira; d) ouvir como os jovens avaliam a sua participação.

Os procedimentos metodológicos utilizados no processo de coleta de dados compreenderam: anotações em diário das vivências e percepções do campo e entrevista individual semi-estruturada.

Além dos instrumentos utilizados para registro, a pesquisa contou com levantamento e leitura de material bibliográfico sobre o tema, leitura de relatório do PROJOVEM fornecido pela coordenação do Rio de Janeiro, leitura de material pedagógico disponível no site do programa; levantamento de textos e pesquisas sobre a temática da juventude, levantamento e consulta de textos e artigos publicados na internet sobre o PROJOVEM e levantamento de dados estatísticos sobre a juventude brasileira e carioca.

Entre agosto e outubro de 2006, foram entrevistados doze (12) jovens e seis (6) coordenadores em seis (6) Estações de Juventude que compõem o grupo, denominado pela Secretaria de Ação Social do Município do Rio de Janeiro, como G1¹⁴. As estações que compõem o G1 são: Estação Rinaldo Delamari, localizada no bairro de São Conrado, Estação Talentos da Vez, localizada no bairro de Santo Cristo, Estação CIAD, localizada no Centro da Cidade, Estação Casa de Manguinhos, localizada no bairro de Manguinhos, Estação Casa de Realengo localizada no bairro de Realengo e Estação Helenice Nunes Jacinto, localizada no bairro de Paciência.

Na pesquisa partimos de uma questão ou eixo: O PROJOVEM, como política social, contempla as expectativas dos jovens participantes, elevando-os à condição de cidadão de direitos conforme promulgado pela Constituição Federal de 1988?

A análise empreendida do Programa versa sobre o olhar do jovem, seu maior interessado. As categorias escolhidas para análise são: Juventude, Participação e Direitos.

Para alcançar os objetivos com essa análise buscamos referenciais teóricos ligados às temáticas da juventude e direitos. Consultamos alguns autores internacionais, principalmente, da sociologia, psicologia e da filosofia como a filósofa Hannah Arendt que discute em sua obra temas como: a política, a

¹⁴ O G1 ou Grupo Um, tem esta denominação por ter sido o primeiro grupo de Estações a iniciar as atividades do PROJOVEM no Rio de Janeiro em novembro de 2005.

autoridade, o totalitarismo, a educação, a condição laboral e a violência. Os sociólogos Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos e os psicólogos Erik Erikson e Julian B. Rotter.

Visto que a juventude é um tema de relevância no momento atual do Brasil, buscamos, nesta análise, contemplar a pluralidade de conhecimentos destacando sociólogos, antropólogos, educadores e psicólogos que se dedicam ao estudo deste segmento. Vale lembrar que a produção bibliográfica sobre a juventude brasileira é recente. Sendo assim, buscamos contemplar as visões de autores que se debruçaram sobre a temática da juventude e direitos, principalmente, nos últimos dez anos. Os autores em destaque são referências nacional e internacional em estudos e pesquisas sobre a juventude brasileira: direitos, movimentos sociais, trabalho, escola pública, violência e políticas públicas, temas discutidos nesta dissertação.

Entre os autores em destaque estão as sociólogas Helena Wendel Abramo e Mirian Abramovay; as psicólogas Irene Rizzini e Lucia Rabello de Castro; a antropóloga Regina Novaes; a cientista social Mary Garcia Castro e o economista Paul Singer; da área da educação os pedagogos Antonio Carlos Gomes da Costa e Marília Pontes Sposito.

A história da cidadania no plano mundial tem sido extensamente discutida em dissertações e teses acadêmicas. Entendemos não ser este o objetivo desta dissertação e, por isso, não nos estendemos numa comparação entre as similitudes e diferenças entre a cidadania no Brasil e em outros países. Apresentamos a cidadania aqui sob a ótica dos direitos, principalmente, os direitos sociais.

A cidadania, sob a ótica do direito, é apresentada por Arendt¹⁵ como “o direito a ter direitos”. Para ela, não nascemos iguais em questão de direitos. Os direitos, segundo esta autora, são conquistados ao longo da vida (ARENDR apud LAFER, 2001).

Em seus estudos, Arendt não se dedicou ao conceito de participação, mas desenvolve uma reflexão acerca da vida pública e privada e sobre a posição que o

¹⁵ Os conceitos desenvolvidos por Hannah Arendt são apresentados nesta dissertação como resultados de reflexões e debates vivenciados por nós durante o curso da disciplina “Atividades Programadas” que tem por objetivo o estudo das obras desta autora. A referida disciplina é ministrada pela Professora Ilda Lopes Rodrigues da Silva. Como resultado dos debates promovidos, durante o curso da disciplina, foi organizado o Seminário *Diálogos com Hannah Arendt Espaço Público e Política* que aconteceu no dia 30 de outubro de 2006 na PUC-Rio.

homem deve ocupar na sociedade onde ele se faz através da ação que ressoando no coletivo é também uma “ação política” (ARENDT, 2001).

A cidadania no Brasil, segundo o sociólogo José Murilo de Carvalho, se faz como um processo diferenciado e inacabado. Vera Telles, apresenta a cidadania através da ótica dos direitos, principalmente, os direitos sociais. Carvalho refere-se à cidadania como “um processo inacabado” e Telles como “um processo de lutas”.

No Brasil, nos últimos cinco anos, a participação juvenil vem sendo amplamente discutida. A produção não é tão vasta quanto os estudos sobre a cidadania, mas observa-se que é uma temática atual tanto na agenda política quanto nos estudos acadêmicos. Estudos como os de Castro e Abomovay (2005) apresentam uma análise importante sobre a participação do jovem em nossa sociedade.

Para empreender a análise da categoria juventude se faz necessário esclarecer o que estamos chamando de juventude e o lugar ocupado por ela em nossa sociedade. A juventude se apresenta na esfera social como condição e como situação. A psicologia trouxe uma importante contribuição para este debate. Através dos estudos dos psicólogos Erik Erikson, Jean Piaget e Julian B. Rotter apresentamos um esforço na tentativa de desvelar o que se entende por juventude nesta área do conhecimento.

Os estudos da juventude como categoria social remonta aos anos 20/30 do século passado e tem como precursora a escola de Chicago. São estudos que percebem a juventude como um segmento problemático ligado à criminalidade. A partir dos anos 50 e 60, é que a temática da juventude surge com mais força, mas continua ligada a valores negativos como delinquência e crise como aponta o sociólogo francês Edgar Morin (1977) e alguns autores brasileiros como o cientista social Paul Singer (2005) e a assistente social Ana Quiroga (2002).

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma visão geral da temática.

O segundo capítulo apresenta uma visão de juventude considerando suas pluralidades e complexidades. Neste capítulo apresentamos uma descrição da realidade na qual está inserido o jovem em situação de vulnerabilidade social e os fatores que caracterizam esse grupo como questão social. Como último tópico deste capítulo, apresentamos o PROJovem.

O terceiro capítulo aborda a temática da participação. Apresenta a participação juvenil como um direito, a evolução da conquista dos direitos sociais pela juventude brasileira e os setores da sociedade que são vistos como espaços de participação da juventude.

No quarto capítulo apresentamos a metodologia e uma descrição do percurso metodológico, as técnicas e recursos adotados na pesquisa.

O quinto capítulo traz a análise dos dados e os resultados encontrados.

Por último, as considerações finais e a bibliografia.